



PARECER JURÍDICO

AUTOR: PODER EXECUTIVO

ASSUNTO: Projeto de Lei Nº 058/2023 tem por objetivo dar suporte a Portaria nº 1.682/2023, de 12 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União – DOU, com repasse de Transferência Obrigatória da União por intermédio do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, para desenvolver ações da Defesa Civil.

EMENTA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INCLUIR NO PLANO PLURIANUAL, NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO MONTANTE DE R\$31.096,00 (Trinta e um mil e noventa e seis reais).

Vem ao exame desta Assessoria Jurídica, o presente processo legislativo, descrito no assunto já mencionado em epígrafe.

Primeiramente, importante destacar que o exame da Assessoria Jurídica se cinge tão-somente à matéria jurídica envolvida, nos termos da sua competência legal, tendo por base os documentos juntados, razão pela qual não se incursiona em discussões de ordem técnica, bem como em questões que envolvam juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos setores competentes.

O artigo 18 da Constituição Federal de 1988, inaugurando o tema da organização do Estado, prevê que “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.”

O termo “autonomia política”, sob o ponto de vista jurídico, congrega um conjunto de capacidades conferidas aos entes federados para instituir a sua organização, legislação, a administração e o governo próprios.

No mesmo sentido temos a redação do artigo 1º da Lei Orgânica do Município de Arroio do Tigre/RS, senão vejamos:

Art. 1º O Município de Arroio do Tigre, parte integrante do Estado do Rio Grande do Sul, organiza-se



autônomo, em tudo o que respeite a seu peculiar interesse, de acordo com os princípios fundamentais e direitos individuais, coletivos, sociais e políticos consagrados e reconhecidos pelas Constituições Federal e Estadual. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 2/2019)

A autoadministração e a auto legislação, contemplando o conjunto de competências materiais e legislativas previstas na Constituição Federal para os Municípios, é tratada no artigo 30 da Lei Maior, nos seguintes termos:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local;

II - Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;”

A Lei Orgânica do Município de Arroio do Tigre/RS estabelece em seu artigo 6º que ao Município compete legislar a tudo que diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem estar da população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras atribuições:

Art. 6º Compete ao Município, no exercício de sua autonomia: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 2/2019)

II - legislar sobre assuntos de interesse local; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 2/2019)

Considerando que o Projeto de Lei traz em seu bojo todos os requisitos necessários para inclusão no Plano Plurianual 2022 a 2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e abertura de crédito especial para ser utilizado pela Defesa Civil do município para a compra de combustível óleo diesel S10 e S500. manifesta esta Assessoria Jurídica pela **CONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei em discussão.

Sendo assim, considerando os aspectos formais e as disposições legais, dou parecer **POSITIVO** para propositura, devendo seguir observância em plenário da conveniência e oportunidade na aprovação da legislação em apreço.



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Vereadores de Arroio do Tigre - RS

É o parecer.

Arroio do Tigre/RS. 12 de junho de 2023.

JÉSSICA TELOEKEN KROTH
OAB/RS 123.325

